



Ganho de capital e pré-sal abrem a pauta do Plenário

Senadores começam a semana debatendo medida que eleva tributação de pessoas físicas e projeto que reduz a participação obrigatória da Petrobras em consórcios

As votações em Plenário da semana começam amanhã, com a pauta travada pela medida provisória que altera a tributação sobre a diferença entre os rendimentos recebidos com a venda de ativos, como ações e imóveis, e o custo de aquisição. Após a MP, os senadores poderão avaliar projeto de José Serra que revoga a participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal. Também pode ser analisada a proposta

que estabelece limite para a dívida consolidada da União. O item seguinte da pauta cria a Lei Geral das Estatais, para aprimorar a gestão das empresas públicas e sociedades de economia mista no âmbito da União, dos estados e dos municípios. Há espaço ainda na pauta desta semana para a criação da Instituição Fiscal Independente, com o objetivo de aprimorar os mecanismos de avaliação e controle social da política fiscal. **3**



Renom Amis/Cabinete do senador Ana Amélia

Ana Amélia fala no debate, do qual participaram produtores gaúchos de arroz

Estados têm de unificar ICMS da cesta básica, dizem agricultores

Numa audiência pública organizada pela Comissão de Agricultura no Rio Grande do Sul, produtores de arroz defenderam a unificação das alíquotas do ICMS incidentes sobre os itens da cesta básica, como o arroz. O ICMS é um tributo fixado por cada estado. Os valores variados criam distorções no valor final da cesta bá-

sica, deixando-a mais cara em determinados estados. Segundo os participantes da audiência, a população de baixa renda, que depende da cesta básica, é a mais prejudicada pela guerra fiscal entre os estados. O debate foi presidido pela senadora Ana Amélia, autora de uma PEC que trata da unificação do ICMS na cesta básica. **4**

STF libera Delcídio, que pode voltar ao Senado 2

Chefe da Samarco falará no dia 1º em comissão 2

Senado transparente

Cidadão pode pedir à Casa informações sobre projetos

No ano passado, o Senado recebeu mais de 1,7 mil pedidos de informação sobre a tramitação de projetos e sobre mudanças na legislação. Na maioria

dos casos, a Secretaria de Informação Legislativa atendeu no mesmo dia as solicitações, que podem ser apresentadas por e-mail, por telefone ou pessoalmente. **2**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Seminário em 2015 sobre as ações da Secretaria de Informação Legislativa



Assembleia de Mato Grosso do Sul

Para o senador Paim (2º à esq.), proposta gera desemprego, reduz salários e vai produzir mais ações na Justiça do Trabalho

Projeto da terceirização é criticado em Campo Grande

O projeto de lei que regulamenta a terceirização do trabalho no país foi mais uma vez alvo de críticas em debate promovido pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), na sexta-feira, em Campo Grande.

Para o superintendente do Ministério do Trabalho em Mato Grosso do Sul, Yves Drosghic, a proposta, já aprovada na Câmara dos Deputados, representa um retro-

cesso. “É preciso que a gente se mobilize para dizer não à terceirização”, afirmou durante o encontro, que reuniu trabalhadores, centrais sindicais e deputados estaduais na Assembleia Legislativa do estado.

A audiência integrou o ciclo de debates que a CDH está fazendo sobre a terceirização e que ainda passará por Sergipe, Alagoas, Tocantins e Goiás. **4**

Novo Relatório da Presidência
Mais conteúdo eletrônico | Versão impressa reduzida

Saiba como foram as atividades legislativa e parlamentar do Senado e do Congresso em 2015



Acesse a versão eletrônica do relatório pelo QR Code ao lado ou www25.senado.leg.br/web/atividade/relatorio-anual-da-presidencia/2015



SENADO FEDERAL

Senado oferece informações sobre tramitação de projetos

Ao longo do ano passado, a Casa recebeu mais de 1,7 mil questionamentos sobre propostas, principalmente por e-mail e telefone. A maioria dos pedidos foi respondida em poucos minutos



O SENADO ATENDEU em 2015 mais de 1,7 mil questionamentos de cidadãos sobre a tramitação de projetos e mudanças na lei, entre outros assuntos. As respostas foram fornecidas pela Secretaria de Informação Legislativa, órgão da Secretaria-Geral da Mesa.

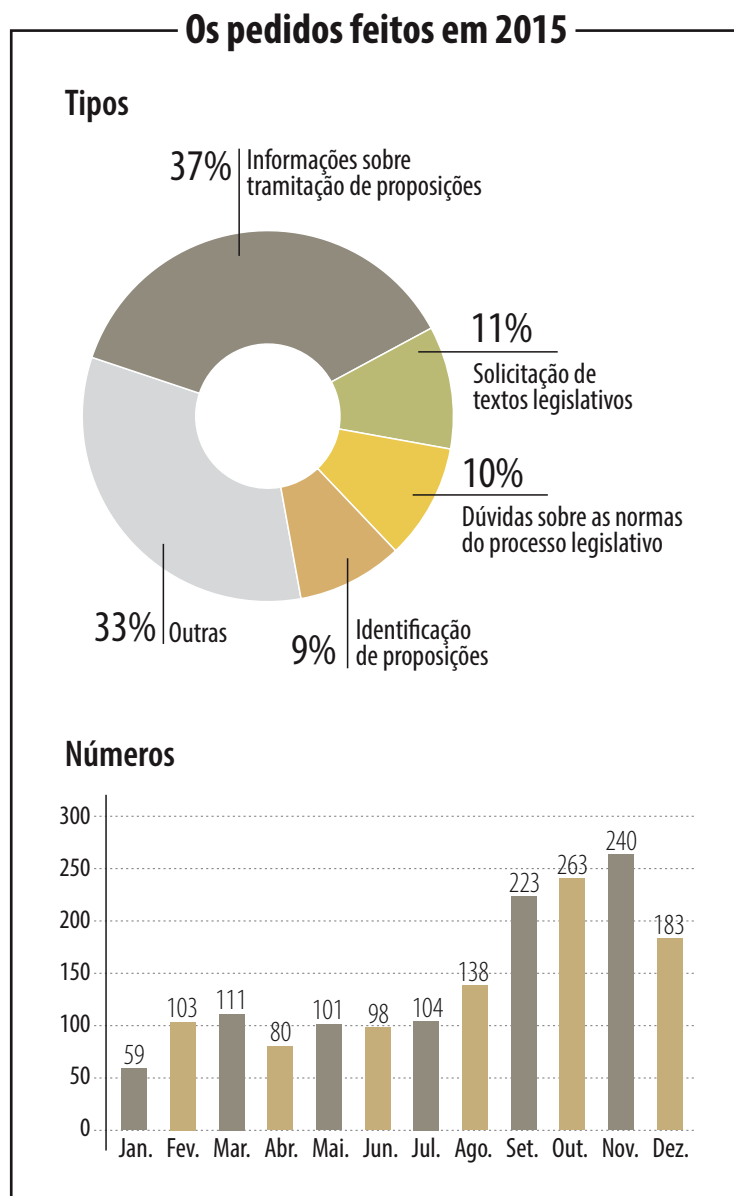
O chefe do Serviço de Pesquisa Legislativa, Lucas Coelho Leobas, explica que 80% das perguntas foram respondidas em minutos ou no mesmo dia, já que a maioria dos dados está disponível no Portal do Senado.

Dos atendimentos, 1.020 foram por telefone, 682 por e-mail e 15 presenciais.

As solicitações são principalmente de jornalistas, de assessores de órgãos públicos e dos próprios servidores do Senado. Elas foram feitas à Secretaria de Informação Legislativa, à Ouvidoria do Senado e à Assessoria de Imprensa da Casa.

— Os casos mais frequentes são de informações sobre as propostas em tramitação [37% dos atendimentos], especialmente medidas provisórias e propostas de emenda à Constituição, que costumam gerar dúvidas — afirmou.

Também houve indagações sobre as normas do processo legislativo (11%), pedidos de identificação de projetos sobre determinado assunto (10%) e solicitações de acesso



a projetos, pareceres e notas taquigráficas (9%).

Entre as propostas que mais geraram interesse estiveram o PLC 28/2015, que aumentava o salário dos servidores do Poder Judiciário, e seu subsequente veto (VET 26/2015). Houve também grande procura por

informações sobre a medida provisória que alterou a aplicação do fator previdenciário (MPV 676/2015).

Pedidos podem ser feitos por telefone (61 3303-9470), e-mail (atendimento.sgm@senado.leg.br) ou atendimento presencial (Bloco de Apoio I).

STF revoga prisão e senador Delcídio pode reassumir mandato

Delcídio do Amaral (PT-MS) deve voltar ao Senado. O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu na sexta-feira trocar a prisão preventiva por medidas cautelares alternativas. O senador foi preso em novembro, acusado de tentar obstruir as investiga-

ções do esquema de corrupção na Petrobras. A decisão do STF determina o recolhimento domiciliar noturno e nos dias de folga, com comparecimento quinzenal em juízo e proibição de deixar o país. O Conselho de Ética do Senado reúne-se na quarta-feira para tratar do caso.

Presidente da Samarco é convidado para audiência

O presidente da mineradora Samarco, Roberto Carvalho, foi convidado para participar de audiência no dia 1º de março na Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens. A Samarco é responsável pela barragem que rompeu em Mariana (MG).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH Equipamento policial
9h Audiência para debater equipamentos utilizados pelas polícias no Brasil.

PLENÁRIO Dia do Aposentado
11h Sessão especial para comemorar o Dia Nacional do Aposentado. Às 14h, sessão não deliberativa.

TERÇA

CCT Publicidade no governo
9h Na pauta da comissão, projeto sobre publicidade de órgãos públicos.

CMA Embalagens
9h30 A comissão analisa projeto sobre embalagem de soda cáustica.

MP 694/2015 Alíquota de IR
10h Análise do relatório da MP, que aumenta a alíquota do Imposto de Renda.

CAE Brinquedos
10h Análise de proposta sobre brinquedos para crianças com deficiência.

CE Arte nas escolas
11h30 Na pauta, proposta que fixa as diretrizes nacionais para o ensino de arte.

ORÇAMENTO Líderes
13h30 Reunião do colegiado de líderes. Às 14h30, análise de relatórios de prestação de contas e de gestão fiscal.

CPI DAS PRÓTESES Requerimento
14h Reunião para analisar requerimento.

MP 698/2015 Minha Casa
14h30 Audiência sobre a MP, que garante ao FGTS o pagamento de prestações não quitadas da Minha Casa, Minha Vida.

TRANSPARÊNCIA Interlegis
14h30 Análise de requerimentos. Depois, debate sobre serviços do Interlegis.

MP 693/2015 Energia na Rio 16
15h Relatório da MP que isenta o fornecimento de energia nas Olimpíadas.

QUARTA

CI Geração própria de eletricidade
8h30 Na pauta, texto que prevê uso do FGTS para gerar energia em residência.

CAS Eleição
9h Eleição do vice-presidente da comissão e análise de 13 itens da pauta.

QUARTA

CDH Saneamento
9h Análise de relatório sobre Plano Nacional de Saneamento Básico e mais 2 itens.

CCJ Deliberações
10h Análise de PEC sobre controle interno.

CE Bolsas para docentes
10h Audiência sobre programa de bolsas de iniciação à docência. Às 14h, debate sobre a base nacional comum curricular.

MEDIDAS PROVISÓRIAS Instalação
14h30 Instalação e eleição de presidente e vice de comissões mistas de medidas provisórias, começando pela da MP 700, sobre seguro de crédito à exportação.

Às 14h50, da MP 703, sobre acordos de leniência. Às 15h, da MP 704, sobre dívida pública federal. Às 15h10, da MP 705, sobre educação infantil. Às 15h20, da MP 706, sobre concessões de energia elétrica.

Às 15h30, da MP 707, sobre empréstimos para compra de caminhões. Às 15h40, da MP 708, sobre reincorporação de trechos de rodovias. Às 15h50, da MP 712, sobre vigilância contra o *Aedes aegypti*.

QUINTA

CE Doenças raras
8h30 Seminário com o tema "A voz dos pacientes com doenças raras".

CRE Venezuela
10h Audiência com o deputado venezuelano Luis Florido sobre a situação do país.

LEI DO DESPORTO Juristas
10h Debate sobre a ordem econômica e a tributação no esporte.

PROCURADORIA DA MULHER Down
10h Audiência sobre educação inclusiva, autismo e síndrome de Down.

PLENÁRIO Debate sobre zika
11h Sessão temática: epidemia de zika.

SEXTA

JURISTAS Lei do Desporto
9h Debate sobre gestão corporativa.

PLENÁRIO Rotary
15h Sessão especial pelos 111 anos do Rotary International.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• **Alô Senado:** 0800 612211
• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• **TV:** senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burtle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

MP do ganho de capital está na pauta da semana

Após a análise da medida, que tranca as votações, senadores poderão avaliar projeto polêmico que revoga a participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal

A PAUTA DO Plenário do Senado nesta semana começa trancada pela Medida Provisória (MP) 692/2015, que eleva a tributação dos ganhos de capital para pessoas físicas. Além da MP, a lista de projetos da ordem do dia tem proposições polêmicas, como o Projeto de Lei do Senado (PLS) 131/2015, que reduz a participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal.

A MP 692 faz parte do ajuste fiscal do governo, iniciado em 2015, e altera a tributação sobre o ganho de capital, diferença entre os rendimentos recebidos com a venda de um ativo (como ações e imóveis) e o custo de aquisição. O texto foi lido em Plenário na terça-feira e precisa ser votado até o dia 29 para não perder a validade.

Pela legislação atual, há apenas a alíquota de 15%, independentemente do valor do ganho. Pela MP, o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) sobre ganhos de capital terá quatro alíquotas diferentes. Quando o ganho for de até R\$ 5 milhões, o imposto será de 15%. Para lucros entre R\$ 5 milhões e R\$ 10 milhões, a alíquota será de 17,5%. Acima de R\$ 10 milhões e até R\$ 30 milhões, de 20%. Já para ganhos acima de R\$ 30 milhões, a alíquota sobe para 22,5%. O texto original do Executivo previa o percentual de 30% na maior faixa.

As mesmas alíquotas valem para ganho de capital obtido por pequenas e médias empresas, inclusive as enquadradas



Agência Petrobras

Plataforma da Petrobras na Bacia de Campos: proposta sobre o papel da estatal na produção de petróleo é o 2º item da pauta e tramita em regime de urgência

no regime Supersimples. Não serão aplicadas, por outro lado, para as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado. Os valores das faixas de tributação serão corrigidos pelo mesmo percentual de reajuste da menor faixa da tabela progressiva mensal do IRPF.

Petróleo

Em segundo lugar na lista de projetos que aguardam votação, está o PLS 131/2015, que reduz a participação obrigatória da Petrobras no modelo de partilha de produção de petróleo, usado na exploração da camada pré-sal. Pela lei atual, aprovada em 2010, a Petrobras deve atuar como operadora dos campos do pré-sal com uma

participação mínima de 30%.

O texto, de José Serra (PSDB-SP), tramita em regime de urgência, mas a possibilidade de votação é criticada por alguns parlamentares. Enquanto o autor diz que o objetivo é livrar a estatal de uma obrigação com a qual ela não pode arcar, o senador Roberto Requião (PMDB-PR), um dos maiores críticos do texto, diz que a mudança pode entregar o petróleo brasileiro nas mãos de empresas estrangeiras.

Também pode ser analisado o Projeto de Resolução do Senado 84/2007, que estabelece limite para a dívida consolidada da União, de forma semelhante ao que já é exigido de estados e municípios. O texto limita a dívida bruta da União

a 4,4 vezes a receita corrente líquida (RCL) e a dívida líquida a 2,2 vezes a RCL. Também define um período de 15 anos para o alcance dessas metas.

O projeto busca preencher um vazio legal existente desde 2001, quando foram definidos limites globais para a dívida pública consolidada e a dívida pública mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A ideia original era fazer o mesmo para a União, mas isso não se concretizou.

Lei das estatais

Outro projeto em pauta é o que cria a Lei Geral das Estatais. O PLS 555/2015 pretende aprimorar a gestão das empresas públicas e sociedades de economia mista no âmbito da

União, estados e municípios, alterando regras de licitações, contratos e fiscalização.

Também está na pauta a criação, no âmbito do Senado, da Instituição Fiscal Independente (IFI), prevista no Projeto de Resolução do Senado 61/2015. A ideia é aprimorar os mecanismos de avaliação e controle social da política fiscal.

No ano passado, foi votada uma proposta de emenda à Constituição (PEC 83/2015) que também previa a criação da IFI. O órgão seria ligado ao Congresso e poderia emitir alertas em caso de excessos no gasto público. Porém, o substitutivo do senador José Serra (PSDB-SP) à PEC, que reunia 14 emendas, foi rejeitado, em meio a muita polêmica.

Requião critica texto que retira da Petrobras exclusividade no pré-sal

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou, em pronunciamento, o projeto que retira da Petrobras a exclusividade de operação dos campos do pré-sal. O texto, de José Serra (PSDB-SP), pode ser votado nesta semana. Para Requião, “o fato de haver irregularidades na empresa não justifica entregar o petróleo brasileiro às empresas internacionais”.

Para ele, este é o pior momento possível para vender uma grande reserva de petróleo extraída a baixo custo, já que os preços do combustível estão sendo mantidos baixos para controlar as reservas internacionais.

— O pré-sal é a salvação da Petrobras e do petróleo nas mãos dos brasileiros. Se tirarem o pré-sal, que apresenta essa vantagem extraordinária, em virtude da tecnologia, do baixo custo de exploração, acabou a Petrobras, e acabou também o petróleo brasileiro e a luta de décadas de um povo inteiro.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Lindbergh: apuração de denúncias contra Lula e FHC deve ter equilíbrio

Lindbergh Farias (PT-RJ) cobrou em Plenário, na sexta-feira, uma atuação isenta do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Polícia Federal e da imprensa em relação a denúncias feitas contra os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso.

Enquanto Lula é acusado de favorecimento por empreiteiras em obras de apartamento no Guarujá (SP) e sítio em Atibaia (SP), pesa contra Fernando Henrique a acusação de usar uma empresa com contrato com o governo federal, durante sua gestão, para repassar dinheiro a uma ex-amante, a jornalista Mirian Dutra. O senador se queixou de que denúncias contra políticos do PSDB não são devidamente apuradas e que a cobertura da imprensa é “seletiva”:

— Vamos agir com muita firmeza, cobrando isenção das instituições e da imprensa, que tem que divulgar [os dois casos] do mesmo jeito — disse.



Cenário Magalhães/Agência Senado

Povo precisa vencer seus medos para criar um país melhor, alerta Cristovam

Os brasileiros precisam vencer seus atuais medos para a construção de um país melhor, afirmou Cristovam Buarque (PDT-DF) na sexta-feira. O senador listou problemas que amedrontam a população, como a volta da inflação, a violência, o desemprego, as dívidas, os juros e o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue e da zika.

— Um país que deveria estar discutindo o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, em pleno século 21, ainda busca formas de se livrar de doenças endêmicas. Este é o desafio: como deixar para a juventude um país sem medo? — indagou.

Na quinta-feira, Cristovam disse que, apesar de estar mudando de partido (para o PPS), continuará defendendo medidas para ajustar paulatinamente, sem choque, a economia do país e combater a crise, a inflação, o desemprego e o endividamento do setor público.



Cenário Magalhães/Agência Senado

Gurgacz pede que governo agilize concessão da Bioceânica

O governo deve dar início logo ao processo de concessão da Ferrovia Bioceânica, que vai ligar os Oceanos Atlântico e Pacífico e facilitará as exportações dos estados do Norte, disse Acir Gurgacz (PDT-RO). O senador informou que parlamentares de Rondônia, Acre e Mato Grosso reuniram-se com os vice-governadores dos três estados e uma comitiva chinesa, na semana passada, no Senado, para tratar da obra da ferrovia.

Gurgacz lembrou que Brasil, Peru e China já assinaram um acordo para viabilizar a Bioceânica.

— Tivemos a participação do embaixador da China e de vários empresários que cobram do governo brasileiro mais agilidade no processo de concessão e menos burocracia. É uma obra importantíssima para a América Latina. Vai ajudar o Brasil, o Peru e todos os países asiáticos — afirmou.



Moreira/Mariz/Agência Senado

Renan Azevêdo/Cabinete do senador Ana Amélia



A senadora Ana Amélia conduz audiência pública sobre unificação do ICMS, que teve participação de agricultores gaúchos

Agricultor pede unificação de ICMS em itens da cesta básica

Em audiência pública no Rio Grande do Sul, produtores de arroz disseram que tributos diferentes entre os estados geram uma competição que prejudica especialmente a população mais pobre

PRODUTORES RURAIS DEFENDERAM a unificação das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos produtos que compõem a cesta básica, como o arroz. Eles falaram na audiência pública realizada na sexta-feira em Alegrete (RS) pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A presidente da comissão, Ana Amélia (PP-RS), disse que a unificação gera uma “harmonização tributária”, pois encerraria a guerra fiscal entre os estados e favoreceria os consumidores em período de inflação alta.

A senadora é autora da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 155/2015, que possibilita que os estados, em deliberação conjunta, uniformizem as alíquotas do ICMS sobre os produtos que com-

põem a cesta básica. A proposta aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Os agricultores que participaram do debate foram produtores de arroz. O Rio Grande do Sul é responsável por 70% da produção de arroz irrigado no país.

O secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, Ernani Polo, disse que a guerra fiscal prejudica a população, visto que as alíquotas diferenciadas do ICMS geram distorções na cesta básica e penalizam o Rio Grande do Sul, que é o maior produtor nacional de arroz.

O presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul, Henrique Dornelles, disse que em todos os estados houve expressiva diminuição de plantio, com exceção do

Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Ele reconheceu a boa intenção dos estados em desonerar e até zerar o ICMS, como São Paulo e Minas, mas observou que ocorre injustiça tributária, na medida em que o produto importado entra no mercado sem tributação.

O deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS) destacou que a alta carga tributária prejudica famílias de baixa renda, que consomem a cesta básica.

O economista Antonio da Luz considerou “um absurdo” o Brasil trabalhar com 27 legislações tributárias. Segundo ele, a uniformização das alíquotas “não resolve os problemas tributários, mas resolve o problema da cesta básica”.

Representante do Sindicato da Indústria de Arroz, André Ziglia disse que a uniformização gera equilíbrio fiscal.

Audiência em Campo Grande rejeita terceirização

A rejeição ao projeto de regulamentação da terceirização marcou a audiência pública feita na sexta-feira na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande.

O debate integra ciclo promovido pela Comissão de Direitos Humanos do Senado (CDH) que, desde o ano passado, discute o tema em todo o país. A audiência teve participação de trabalhadores,

centrais sindicais e deputados estaduais.

Para o superintendente regional do Ministério do Trabalho, Yves Drosghic, o projeto (PLC 30/2015), se aprovado, pode fazer o Brasil retroceder em relação a outros países:

— Estamos indo na contramão do que o mundo está discutindo. O mundo discute por que 1% da população concentra 99% da riqueza mundial. Então, é preciso que

a gente se mobilize para dizer não à terceirização.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), explicou que o ciclo de audiências visa assegurar direitos dos trabalhadores que o PLC 30/2015, já aprovado na Câmara, pode retirar. O projeto, do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), causa polêmica por ampliar a possibilidade de terceirização.

— Gera desemprego, reduz salário, dá mais acidente no trabalho, aumenta ações na Justiça. Todos perdem. Vamos rejeitar o projeto e apresentar um outro para garantir que os terceirizados hoje, que são 3,5 milhões, tenham os mesmos direitos que os outros trabalhadores — disse Paim.

Sergipe (na quinta-feira), Alagoas (na sexta), Tocantins (em 10 de março) e Goiás (em 11 de março) também sediarão debates. O encerramento do ciclo será em maio, em Brasília.

Assembleia de Mato Grosso do Sul



Centrais sindicais e trabalhadores participam do debate da CDH na Assembleia

Viana: reforma da Previdência só atende o mercado

A reforma da Previdência é importante, mas não um item essencial para a superação da crise econômica, segundo Jorge Viana (PT-AC). Para o senador, o governo não deveria encabeçar uma reforma apenas para aumentar a confiança de investidores internacionais. O assunto foi ressaltado pelo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, em reunião com a bancada do PT na semana passada.

— A proposta que estão querendo fazer é para entrar em vigor daqui a 10 anos. Não vai mudar nada do ponto de vista da economia imediatamente — avaliou.

Para Viana, o Brasil não foi tão afetado pela crise de 2008 quanto outros países graças ao Bolsa Família e a outros programas iniciados no governo Lula. Por isso, ele diz que o caminho para sair da crise agora deve ser ampliar a distribuição de renda e reduzir a taxa de juros.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Hélio José quer maior utilização da energia solar

Hélio José (PMB-DF) lamentou na sexta-feira que o governo federal tenha vetado proposta dele para incluir no Plano Plurianual 2016-2019 investimentos de R\$ 40 bilhões em energia solar. Para o senador, o Brasil precisa sair da posição de ter apenas 3 GW (gigawatts) de energia solar previstos para os próximos cinco anos, enquanto a Índia tem 80 GW e a China, 100 GW.

Ele citou como bom exemplo o caso do administrador Henrique Drumond, que foi selecionado pela Light, a companhia energética do Rio de Janeiro, para instalar painéis fotovoltaicos em comunidades de baixa renda.

— A proposta visa reduzir a conta de luz das famílias — disse.

Em outro pronunciamento, na quinta-feira, Hélio José destacou o Dia do Gráfico e o Dia do Repórter, celebrados nos dias 7 e 16 de fevereiro.



Gerardo Magalhães/Agência Senado



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Vanessa critica proposta sobre aposentadoria

A possibilidade de igualar a idade de aposentadoria entre homens e mulheres, em debate na proposta de reforma de Previdência do governo, foi criticada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A senadora disse que é contra discutir a reforma “neste momento em que o mais urgente é ajudar o país a enfrentar a crise”, mas que não fugirá ao debate se a proposta chegar ao Congresso. Para Vanessa, não se pode levar em conta apenas a expectativa de vida das mulheres, que é mais longa que a dos homens.

— Queríamos poder ter o mesmo período de aposentadoria que os homens, se tivéssemos salários iguais, não 30% a menos, que é o dado oficial; e se não tivéssemos uma tripla jornada de trabalho, mas temos — disse.

No entanto, ela elogiou o fato de o governo ter iniciado a discussão da reforma em um fórum de trabalhadores.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Telmário aponta uso da mídia para “difamação”

Telmário Mota (PDT-RR) acusou Romero Jucá (PMDB), também senador por Roraima, de usar os meios de comunicação do estado para veicular calúnias e difamar a sua pessoa. Telmário disse que a última notícia inverídica associa seu nome a suposta falsificação de certidões do Tribunal de Justiça de Roraima.

De acordo com Telmário, o próprio tribunal trocou sem querer a ordem de seus sobrenomes na certidão. No lugar de Telmário Mota de Oliveira, foi grafado Telmário Oliveira Mota. Explicou que, sem se dar conta do equívoco, sua assessoria jurídica utilizou essa certidão.

Apesar de tudo, afirmou, o erro não afetou o que era fundamental: a certidão era negativa, nada constando contra seu nome nos cadastros, cujos dados são extraídos com base não no nome, mas no CPF do requisitante.